



Nº 09

Setembro

2022

O que esperar das eleições de domingo

Humberto Dantas ¹

Domingo o Brasil vai às urnas em primeiro turno. Trata-se de um instante onde serão escolhidos um terço do Senado, os 513 deputados federais, os 1.059 deputados estaduais, incluindo os 24 deputados da Assembleia Distrital, governadores e vices de todos os estados e presidente da República e vice. O que sabemos sobre isso até este instante?

No plano do Executivo federal existem duas perguntas fundamentais a nortear a eleição: é real a chance de Lula se eleger em primeiro turno? Bolsonaro é capaz de reverter a alta rejeição a ele enquanto candidato e presidente? No primeiro caso dois elementos precisam ser verificados. Lula tinha de acordo com o agregador de pesquisas do portal Estadão até a divulgação da pesquisa Ipec de segunda-feira 26/09, 52% dos votos válidos em primeiro turno, contra 36% de Bolsonaro. Assim, estaria próximo ao limite associado a algo que o PT nunca fez: vencer um pleito nacional em primeira rodada. Em 2002, às vésperas da votação, o Datafolha mostrava Lula com 48% e as urnas lhe deram 46%, enquanto em 2006 eram 50% e o resultado foi 49%. Com Dilma, as pesquisas de vésperas mostravam 47% em 2010, e as urnas repetiram o resultado, e em 2014 apontavam 40%, com as urnas em 42%. Bolsonaro em 2018 tinha 40% no sábado, e nas urnas fechou em 46%. Não há como dizer que pesquisas são absolutamente precisas, tampouco que erram em uma direção só, mas elas acertam tendências e mostram vencedores.

Ainda assim, Bolsonaro tem algo que pode lhe ajudar: seu eleitorado tende a ser mais intenso, mais inflamado, e isso pode lhe render uma ida mais consistente ao pleito, ou seja: se as taxas de abstenção não respeitarem as proporcionalidades das intenções de voto, pode ser que o atual presidente saia mais forte no primeiro turno e com chances de discursar contra as pesquisas na segunda rodada. Aqui o fenômeno será complexo de ser entendido, e ele se beneficiará disso. Em resumo: se os

institutos estiverem certos, e o eleitor for para a urna em peso, Lula pode se sagrar vencedor em primeira rodada.

Caso contrário, o que pode existir é um segundo turno em que Bolsonaro segue tendo ele mesmo como seu maior desafiante, torcendo para a economia lhe trazer boas notícias que têm aparecido em alguns indicadores. Ainda assim, em médias móveis de seis pesquisas de avaliação de governo o presidente melhorou muito em 2022: saiu da casa de 54% de ruim e péssimo, e da faixa de 23% de ótimo em bom em janeiro, para 46% e 30% em agosto, respectivamente, quando a campanha começou. Esse ganho é valioso, mas Bolsonaro partiu de um teto negativo muito alto e de piso positivo baixo. Analistas indicam que para se reeleger, um mandatário precisa de 40% de avaliações positivas, e isso o presidente atual só teve uma vez em toda a série de quase 240 pesquisas em março de 2019. Em 1998, Fernando Henrique Cardoso tinha 43%, em 2006 Lula possuía 52% e em 2014 Dilma bateu 40% às vésperas do pleito. Bolsonaro não conseguiu. Ademais, a partir de agosto, seu ritmo de melhora foi reduzido, restando saber se por conta de um limite ou porque a campanha começou e os adversários o contiveram. Assim, se no início de agosto eram 46% de negatividade e 30% de positividade, na contagem de 26/09 eram 45% de ruim e péssimo e 33% de ótimo e bom, ou seja, o presidente andou de lado. Para completar, desde janeiro, em médias mensais de mais de 110 pesquisas, de 14 institutos diferentes, o presidente caiu de 57% de “não votaria nele de jeito nenhum” em janeiro para 53% em abril, mas desde então oscilou entre 54% em maio e 51% em agosto, com 53% em setembro.

¹ Humberto Dantas – cientista político, doutor pela USP e parceiro da KAS



Nos estados, por sua vez, reeleição é palavra de ordem. Até 21/09 um total de 18 governadores em exercício lideravam as corridas eleitorais em seus estados, com um 19º nome associado ao governador eleito em 2018 que deixou o poder, mas pretende voltar ao posto no RS – Eduardo Leite (PSDB). A única exceção está em São Paulo, mas o atual governador, que aparecia em terceiro lugar nas pesquisas, dá mostras de que pode reverter o jogo, passar para o segundo posto e vencer o pleito – algo ainda a ser confirmado na reta final.

Para além desse cenário, com destaque para o União Brasil, a direita liderava a corrida para o governo em 14 estados. A esquerda, mais representada pelo PSB, o fazia em oito estados, e o centro, simbolizado fortemente pelo MDB, estava na dianteira em cinco unidades. Viradas são possíveis em alguns lugares, mas este é o cenário mais atual. Merece atenção ainda a atuação menos intensa dos partidos que lideram a corrida federal: PT e PL não controlam muitas unidades. O primeiro ponteia em SP, PI e RN, enquanto o segundo o faz em SE e RJ. Por fim, poucas mulheres no cenário estadual: em PE e RN elas lideram, e em MT, DF e RR aparecem em segundo lugar, sendo que nos dois primeiros com chances remotas de vitória.

Sem o advento legal do segundo turno, mas ainda em perspectiva majoritária, importante olhar o pleito ao Senado. Este ano cada estado elege um representante. O que as pesquisas mostram é que ainda existem quantidades grandes de locais em que votos brancos, nulos e indecisos acumulam volumes expressivos de posicionamento, o que coloca o cenário em posição aberta a dias do pleito. Em 16 estados quem lidera tem menos de 33% dos votos, e pode ser ultrapassado. Em 13 estados a distância entre o primeiro e o segundo colocado é de 10 pontos ou menos. Apenas em três locais o posicionamento parece consolidado, pois o líder tem mais de 50% dos votos: AL, CE e MA. No caso do RS, por exemplo, os dois líderes empatam numericamente e ainda existe uma terceira colocada em situação de empate técnico com ambos. Em relação à questão de gênero, atualmente, apenas seis delas lideram as corridas, num total de 27 estados. Em termos ideológicos, as legendas à direita ponteiavam 15 estados, sendo em todas as unidades da região Norte,

e a depender da solução do empate no RS em todas as unidades do Sul. No Nordeste, por sua vez, políticos de esquerda lideram em sete dos nove estados.

Restam ainda os pleitos proporcionais, por meio dos quais cada estado elege um mínimo de oito e um máximo de 70 deputados federais, e um mínimo de 24 e um máximo de 94 deputados estaduais. O pleito para o preenchimento das 513 vagas da Câmara é essencial à sobrevivência dos partidos, pois a partir dessa eleição se distribuem as parcelas mais expressivas de recursos públicos simbolizados por fundos – eleitoral e partidário – e tempo de televisão. Esse ano temos ainda o segundo estágio da cláusula de desempenho que debutou em 2018, e partidos adotaram estratégias diferentes para este pleito de acordo com perfis ideológicos. A esquerda embarcou com força nas federações, sendo que PT, PV e PC do B formaram uma e Rede e PSOL outra. Das legendas expressivas desse campo sobraram PDT e PSB que seguem em formação original. Já a direita assistiu apenas a fusão entre PSL e DEM, que formaram o União Brasil.

O voto em 02 de outubro vai mostrar se pulverizar ou concentrar partidos é gesto capaz de explicar sucesso nas urnas. Já para o preenchimento das assembleias os resultados serão capazes de indicar os esforços mais ou menos intensos que os governadores eleitos terão que fazer para a composição das suas bases nos respectivos parlamentos em torno da lógica de governabilidade. E isso importa demais ao plano federal também: o Congresso tende a ser um parlamento mais à direita, dados os resultados preliminares para o Senado e a liderança de alguns partidos nos pleitos para governador, que podem puxar votos para a Câmara federal.

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores. Não são necessariamente opiniões da Fundação Konrad Adenauer.